
dos artigos: *De cruore Domini: la reliquia de la Santa Sangre en la Catedral de Oviedo y el Milagro del Cristo de Beirut*, de Raquel Alonso Álvarez; *Turpinus Domini gratia archiepiscopus: notes on the Codex Calixtinus*, de Rosa M. Rodríguez Porto, e *Imaginando la naturaleza en la cultura visual del siglo XIII*, de Alejandro García Avilés e Antonia Martínez Ruipérez.

Para além dos três fios condutores referidos que unem esta obra, um outro elemento de ligação entre os autores é apontado pelos editores: a amizade com o homenageado e a profunda admiração pelo seu trabalho. E, de facto, muitos dos estudos citam, em corpo de texto e em nota de rodapé, artigos e livros do Professor Peter Linehan, o que demonstra a influência dos trabalhos do Professor nos que se publicaram em sua honra.

O presente volume contém, ainda, uma *Tabula Gratulatoria*, uma lista de publicações do Professor Peter Linehan e um *Index ominum*, sendo estes dois últimos elementos da responsabilidade de André Vitória.

A riqueza desta obra está, precisamente, na sua diversidade: temática, cronológica e geográfica, que, por sua vez, espelham bem a riqueza e a diversidade dos trabalhos do homenageado. Serve a presente recensão também como homenagem e expressão de gratidão da autora para com o Professor Peter Linehan.

CARREIRAS, José Albuquerque; VAIRO, Giulia Rossi; TOOMASPOEG, Kristjan (eds.)
Através do olhar do Outro. Reflexões acerca da sociedade medieval europeia
(séculos XII-XIV)

Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2018. 278 p. ISBN: 978-989-8840-23-3

FRANCESCO RENZI

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2018.9622>

UCP-CEHR
<https://orcid.org/0000-0001-6940-1177>

O volume coordenado por José Albuquerque Carreiras, Giulia Rossi Vairo e Kristjan Toomaspoeg concentra-se na análise da perceção do *Outro* e do *Próximo* no mundo medieval (p. 9-10 e 258-259). Constituído por dez ensaios, o volume abre-se com o trabalho de Pierluigi Lia, *Extra ecclesiam nulla salus? Libertà e "liminarietà" della Grazia* (p. 13-44). O autor analisa a constante tensão presente ao largo da Idade Média entre a visão desconfiada dos homens do *Outro* e a visão cristã ligada à obra de Salvação de Deus que reconcilia todos os homens (p. 14-16). Este problema é também apreciado através dos exemplos artístico-literários do portal abacial de Vézelay e do Manfredi de Dante Alighieri (p. 30-37 e 37-44). Apoiando-se nestes elementos, o autor estuda a expressão *Extra Ecclesiam nulla salus*, suma do pensamento cristão sobre a Salvação (p. 18), e os diferentes significados que assumiu ao longo dos séculos, até à sua transformação, com a progressiva institucionalização da Salvação e da relação entre a Igreja enquanto instituição e qualquer outro sujeito (p. 18-19). Um desenvolvimento que teve lugar também no interior de um esquema de contraposição, que levou a uma progressiva exclusão dos leigos (p. 22-26) e a uma estigmatização de quem

vivia ou queria viver fora ou nas margens da *communitas fidelium* e da *Christianitas* através da categoria de *crudelitas* (p. 27-29). Para o autor exemplos desta descontinua, mas progressiva, rigidez institucional são a *Reforma Gregoriana*, a Bula *Unam Sanctam* de Bonifácio VIII e o dogma da infalibilidade pontifícia elaborado no século XIX (p. 19-20). O de Pierluigi Lia é um trabalho interessante e limito-me a acrescentar que o processo de reforma do século XI teve consequências fortíssimas, antes de mais dentro da própria Igreja. O conflito de Gregório VII não se iniciou com o imperador Henrique IV, o “elemento leigo”, mas com o episcopado do Reino da Alemanha. Um dos *Outros* de Gregório VII era muito próximo, dentro da *Ecclesia*, constituído pelos bispos que não reconheciam, por exemplo, o direito do pontífice de intervir nas questões locais. Na formulação da eclesiologia de Gregório VII é necessário sempre ver a tentativa de afirmação coerente, efetiva e operativa do Primado papal, em contínua evolução, também dentro da Igreja que até àquele momento se tinha organizado e regido de forma autónoma, a nível local¹.

O ensaio de Juliette Sibon “*De la définition d’une nation juive au Moyen Âge: approche sémantique*” (p. 45-56) evidencia, de forma muito detalhada, como os judeus na Idade Média tendencialmente não se reconheciam na pertença a um território específico ou detendo uma língua comum, nem mesmo o hebraico (p. 45-46). Esta multiplicidade poderia ser representada pelas fórmulas contidas nas fontes latinas (*Collecta, Communitas et universitas iudeorum* ou *populus israelitici* no registo polémico teológico) e hebraicas. O repertório hebraico revela um léxico muito variado ligado às palavras hebraicas nação (*ouma*): *moledet* (terra natal), *am* (povo), *klal Israel* (todo Israel), ou fórmulas exegéticas como *ch’erit Israel* (resto de Israel) ou *qehillah qedouchah* (comunidade santa), (p. 47). Pela negativa, as fontes hebraicas mostram um sentido de pertença muito particular ao falar de *Oumot ha-’olam* (As nações do mundo) ou *Goyim* (os Povos) (p. 47-48). Juliette Sibon mostra (p. 49-55) como nos textos raramente se encontra a ideia dos judeus como um único grupo unido pela fé, raízes culturais e um passado comum, enquanto há vários testemunhos de «particularismes volontairement cultivés au sein de la diaspora» (p. 49). Os judeus formaram mais nações na Idade Média (p. 56) e a imagem das diferentes comunidades mudava de acordo como o lugar em que se encontravam. Contrariamente ao forte sentido de pertença dos judeus em Itália (p. 50-51), segundo a autora, na Castela do século XV, é possível observar uma maior exclusão, na medida em que os judeus não eram então considerados castelhanos (p. 53). Estas situações refletiam as contradições da sociedade medieval, onde por um lado os judeus eram excluídos da *Christianitas*, mas ao mesmo tempo era possível reconhecer-lhes a boa fé ou a participação na sociedade civil como no caso da Provença, onde os judeus eram cidadãos (p. 48 e 55). A autora demonstra, por último, como é a partir do fim da Idade Média que podemos observar uma forte radicalização contra as comunidades judias (p. 50-51 e 56).

O artigo seguinte pertence a Marek Tamm, *Naissance de la persécution sémiotique: la création des Signes distinctifs des minorités sociales et religieuses dans l’occident médiéval (XII^e-XIV^e)*

1 Glauco Maria Cantarella – *Gregorio VII*. Roma: Salerno Editrice, 2018 e Glauco Maria Cantarella – *Il sole e la luna: la rivoluzione di Gregorio VII papa, 1073-1085*. Roma-Bari: Laterza, 2005, p. 31-49. Para o caso ibérico Thomas Deswarte – *Une chrétienté romaine sans pape*. Paris: Classiques Garnier, 2010, p. 383-396 e 399-401.

siècles) (p. 57-78). O autor analisa detalhadamente os sinais distintivos materiais negativos (com atenção particular às respetivas cores) aplicados às minorias e às práticas de exclusão do *Outro*, entre os séculos XIII e XIV (p. 58-59, 62 e 72-73). Marek Tamm evidencia que, apesar da existência de numerosas investigações sobre o tema, ainda faltam estudos sistemáticos e comparativos (p. 58-59) e propõe ele mesmo um esquema de classificação dos sinais distintivos (p. 60-63). O autor observa como esta prática de sinais de distinção não era uma invenção exclusiva do universo cristão, mas estava já presente no mundo islâmico desde o século VIII (p. 63). Esta prática teve uma grande difusão na sociedade europeia, em particular a partir do século XIII, e estendeu-se também a outros grupos sociais considerados marginais, como por exemplo, as prostitutas (p. 69-71). O autor individualiza no IV Concílio Latrão de 1215 e nas disposições sobre o diferente vestuário de judeus e muçulmanos (64, 69 e 77-78) um ponto decisivo. Na opinião de Marek Tamm, de facto, é este o momento do lançamento de um «projet de stigmatisation et différenciation des minorités religieuses et sociales» (p. 64). Esta «persécution sémiotique» (p. 76) ou «appareil sémiotique pour la ségrégation et la persécution sociale» (p. 78), que se afirma no século XIII, teve consequências que «ont lourdement pesé sur l’histoire tragique du XX^e siècle» (p. 78 e veja-se p. 62). Estas conclusões podem abrir um debate alargado sobre o tema, visto no contexto mais geral do pontificado de Inocêncio III e do Papado de finais do século XII e a progressiva formação da legislação anti-herética. Seria interessante, por exemplo, ver onde, através de que tipo de mecanismos e por quem foram aplicados, a uma escala sistemática e europeia, estes sinais distintivos. Anna Foa, por exemplo, não considera as disposições do IV Concílio Latrão um momento de mudança tão marcado na discriminação das minorias, e em particular dos judeus, discriminação que, no seu entender, se radicalizou mais a partir do século XIV. Isto deve-se, por um lado, ao facto de, caso do IV Concílio de Latrão, estabelecer medidas quase todas já existentes, e, por outro, porque em muitos casos as disposições de 1215 não foram aplicadas ou apenas o foram só em alguns reinos específicos durante o século XIII². Em outros casos estas medidas foram utilizadas como “pretexto” para poder extrair recursos económicos destas comunidades³, um elemento que poderia abrir perspectivas de estudo sobre as “implicações” destas decisões a um nível local e cronologicamente diferenciado.

No artigo intitulado *La percezione della differenza etnica e religiosa in alcune cronache del XII e XIII secolo, soprattutto relative all’Italia Meridionale* (p. 79-111), Fulvio delle Donne analisa a imagem do *Outro* nas fontes da Itália meridional e as figuras de Rogério II de Sicília e Frederico II. Assim como Marek Tamm, Fulvio delle Donne interpreta o Concílio lateranense 1215 como um momento fundamental em que é denunciado o perigo da diversidade, de onde resultou a necessidade de distinguir claramente entre os cristãos de um lado e os judeus e os muçulmanos do outro (p. 80-81, 86 e 89). O autor revela como,

2 Anna Foa – *Ebrei in Europa: Dalla Peste Nera all’emancipazione XIV-XIX secolo*. Roma-Bari: Laterza, 2004, em <https://books.google.pt/books?id=HESODAAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=anna+foa+storia+degli+ebrei&hl=it&sa=X&ved=0ahUKewjtxuu8xtrjAhXKSsAKHQ4Dd0Q6AEILzAB#v=onepage&q=anna%20foa%20storia%20degli%20ebrei&f=false>. Consultado a 20/07/2019. Sobre este tema veja-se também Kenneth R. Stow – *Popes, Church, and Jews in the Middle Ages: Confrontation and Response*. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 13-16 e 23-26.

3 Mark R. Cohen – *Under Crescent and Cross: The Jews in the Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 42.

nas crónicas medievais da Itália meridional, há uma clara percepção da diversidade como um reflexo de uma sociedade multicultural, sem precisar de estigmatizações (p. 81). O autor lembra como o conceito de *tolerância* foi utilizado para interpretar a realidade da Sicília normanda (p. 80-81). Esta visão, porém, tem sido duramente criticada por muitos historiadores que hoje, mais do que de *tolerância*, considerado como um conceito dificilmente aplicável à realidade medieval, falam de *pragmatismo* dos normandos no relacionamento com os vários grupos presentes na Sicília, num contexto em que as tensões entre as diversas comunidades eram constantes e não relacionadas só exclusivamente com motivos religiosos⁴. Ao analisar as figuras de Rogério II e de Frederico II, o autor mostra como ambos tiveram uma relação aos nossos olhos “ambígua” com muçulmanos e judeus (p. 85-89 e 90-101). Através do estudo do caso de Rogério e da condenação de Filipe de Madia (p. 86-88) e da defesa de Frederico II dos judeus acusados de homicídios rituais em Fulda, em 1236 (p. 92-101), Fulvio delle Donne observa como as construções e as (re)escrituras da História operadas pelas fontes, podiam representar o rei, alternativamente, como campeão da Cristandade ou como o seu pior inimigo. No caso de Frederico II, alguns autores do século XIII chegaram a considerar os tártaros como uma conspiração do imperador contra a Cristandade (p. 104-107).

O estudo de Pierre Vincent Claverie, *La place de la chevalrie comme vecteur de rapprochement interconfessionnel dans l'Orient des croisades* (p. 113-134), concentra-se sobre o estudo do papel da cavalaria nas relações interculturais e religiosas durante as Cruzadas (p. 114-120). Pierre Vincent Claverie analisa os elementos comuns entre a cavalaria ocidental e a “Furūsiyya” muçulmana, dois sistemas em que os valores de coragem, honra e disciplina eram igualmente partilhados. Esta convivência de elementos ideológico-cavaleirescos (p. 114-116 e 134) permitia a um cronista muçulmano, por exemplo, celebrar as ações bélicas de um “infel” cavaleiro franco (p. 115, 117, 121-124 e 133), ou às fontes latinas reconhecerem a magnanimidade de Saladino (p. 125). O autor mostra como o Ultramar e as Cruzadas foram sempre caracterizados por fronteiras permeáveis e em constante mudança (p. 126 e 131-132). Um espaço marcado por uma progressiva interação entre culturas, como mostram também os casos de cavaleiros francos que dominavam o idioma árabe ou os de cativos ou filhos de escravos de origem franca que fizeram importantes carreiras políticas depois da conversão e de terem recebido a educação islâmica (p. 127-130).

No ensaio *El “outro” en la cartografía bajomedieval: aportaciones desde la lectura de los mapas* (p. 135-156), Sandra Sáenz López-Pérez analisa o tema da cartografia medieval como instrumento fundamental para o conhecimento do *Outro* (p. 136). A autora concentra-se sobre a cartografia náutica ocidental caracterizada pela combinação entre texto e imagem. Nascida em Génova, produzida por mestres cristãos e também judeus ou muçulmanos, esta difundiu-se em Veneza e de lá expandiu-se para a Coroa de Aragão (p. 139). A autora revela,

4 Hubert Houben – Möglichkeiten und Grenzen religiöser Toleranz im normannisch-staufischen Königreich Sizilien. *Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters*. 50 (1994) 159-198. Joshua C. Birk – *Norman Kings of Sicily and the Rise of the Anti-Islamic Critique: Baptized sultans*. London: Palgrave Macmillan, 2016, p. 4 e sgs. Alex Metcalfe – The Muslims of Sicily under Christian rule. In Graham Loud; Alex Metcalfe, ed. *The Society of Norman Italy*. Leiden/Boston/Köln: Brill, 2002, p. 302-316. Hiroshi Takayama – Religious Tolerance in Norman Sicily? The case of Muslims. In Enrico Cuzzo et al., ed. – *Puer Apuliae: mélanges offerts à Jean-Marie Martin*. Vol. II. Paris: Association des amis du Centre d'histoire et civilisation de Byzance, 2008, p. 623-636. Charles Dalli – Contriving Coexistence: Muslims and Christians in the Unmaking of Norman Sicily. *Religion and Philosophy*. 4. (2009) 30-43.

no seu artigo, como os mapas representam os lugares sagrados e, ao mesmo tempo, distinguem claramente entre os territórios cristãos e muçulmanos já no século XIII, através da utilização de diferenciações cromáticas, em que as cidades não-cristãs aparecem assinaladas a preto como sinal negativo (p. 142-144). Os lugares cristãos são representados, portanto, em oposição não só aos muçulmanos, mas também aos mongóis e aos pagãos da Europa norte-oriental (p. 145-149 e 149-155). Desta maneira, os mapas não só representavam a geografia, mas também a variedade dos povos da Terra e refletiam os conhecimentos, as crenças e os preconceitos dos cartógrafos e dos seus patrocinadores (p. 147-156).

Giulia Rossi Vairo no seu ensaio *L'immagine dell'altro nella scultura medievale europea: la tomba di Ruggero II di Sicilia e il monumento funebre di Dinis di Portogallo* (p. 157-202), analisa os túmulos do rei Rogério II de Sicília (+1154) e de D. Dinis, rei de Portugal (+1325). Apesar da comparação entre o reino normando de Sicília e o reino de Portugal ter uma complexa tradição historiográfica⁵, a autora tem o mérito de escolher uma perspectiva inovadora através da análise dos elementos artísticos (p. 157-160). Em ambos os casos, a autora contextualiza historicamente a realização dos dois túmulos. Por um lado, o de Rogério II, produzido só na época do imperador Frederico II dentro de um projeto de construção de um panteão real-imperial, em Palermo, no século XIII (p. 168 e 181). Por outro, o caso de D. Dinis de Portugal que tentou também construir um panteão real no mosteiro cisterciense dos Santos Dinis e Bernardo em Odivelas, tentativa que falhou por causa da guerra civil no reino de Portugal (1317/1319-1324) (p. 184-185). Na sua detalhada análise, a autora demonstra, entre vários aspectos, a presença, no túmulo de Rogério II, de elementos como o «motivo delle “quattro razze”» (p. 174), que exaltava a universalidade do poder régio normando (p. 180). Giulia Rossi Vairo evidencia também os pontos de contactos entre o sarcófago de D. Dinis e o de Rogério II, nomeadamente através da figura do “sarraceno” (p. 197-198), e de Frederico II (p. 189). Sinais de integração, feita de diálogo e de conflito, do *Outro* nos programas iconográfico-artísticos dos dois reinos e a difusão de modelos comuns e contactos entre as duas realidades ligadas «in modo più o meno diretto, nell’orbita mediterranea» (p. 159 e 200-202).

O ensaio de Joana Ramôa Melo, *Modelos de piedade ou agentes de poder: dicotomias sobre a mulher medieval construídas através do olhar do “Outro”* (p. 203-233), apresenta uma leitura crítica da historiografia portuguesa, onde a mulher é ainda pouco presente e vista como um *Outro*, em particular no campo da História da Arte (p. 203-212). A autora especifica que se trata sobretudo de uma crítica à abordagem de muitos estudos que leem ainda a mulher apenas no contexto de casos particulares ou ligadas a específicos percursos biográficos (p. 206-207). Em particular é criticada a quase total ausência de trabalhos de investigação sobre um elemento considerado fundamental pela autora, ou seja, o papel cultural das mulheres

5 Reinhard Elze – Ruggero II e i papi del suo tempo. In AA. VV. ed. – *Società, potere e popolo nell’età di Ruggero II*. Bari: Dedalo, 1979, p. 29; Maria João Branco – Os homens do rei e a bula *Manifestis Probatum*: percurso de uma bula pelos meandros da luta pela legitimidade do rei e do reino nos séculos XII-XIII – In Manuela Mendonça; Maria de Fátima Reis, ed. – *Poder Espiritual/Poder Temporal. As Relações igreja-estado no tempo da monarquia (1179-1909)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2009, p. 125-171; Benedict G. E. Wiedemann – The kingdom of Portugal, homage and papal “fiefdom” in the second half of the twelfth century. *Journal of Medieval History*: (41:4) (2015) 432-445; Simon John – The Papacy and the Establishment of the Kingdoms of Jerusalem, Sicily and Portugal: Twelfth-Century Papal Political Thought on Incipient Kingship. *Journal of Ecclesiastical History*. 68:2 (2017) 223-259.

no domínio das artes (p. 208). A autora mostra também como, apesar da imagem estereotipada da mulher contida nas fontes cronísticas ou de outros géneros, há evidências de um papel muito mais ativo na sociedade medieval, onde os espaços e as noções de doméstico/privado e público eram muito mais fluidas do que foi considerado pela historiografia (p. 213-217 e 218-219). Por estas razões a autora propõe uma abordagem do tema completamente diferente e em que o conceito de *agency* (ação, intervenção, actuação) pode ser muito importante para estudar as mulheres como protagonistas (p. 220-225). Sob este ponto de vista, Joana Ramôa Melo vê no tema da comemoração um campo de estudos particularmente promissor (p. 221-233).

No ensaio *Mujeres "otras": deslindes (medievales y contemporâneos) del homoerotismo femenino* (p. 235-256), Rafael M. Mérida Jiménez analisa o homoerotismo feminino na Idade Média. Na primeira parte do artigo, o autor defende a possibilidade, através de uma abordagem menos rígida das fontes, de investigar também este tema nos séculos medievais, apesar da historiografia internacional ter-se concentrado sobre o estudo do homoerotismo feminino a partir do Renascimento (p. 235-240). O autor considera como exemplo o erro de perspectiva da investigação que pode levar à procura de mulheres «(auto)identificadas» nas fontes como homossexuais, em vez de ir à procura de desejos ou práticas, analisadas com categorias próprias do tempo, e que podem não estar mencionadas em fontes de arquivo, mas aparecer esporadicamente, ou a que se alude em outro tipo de fontes, como num sermão de Bernardino da Siena de 1425 (p. 241). Na segunda parte do seu trabalho, o autor analisa e interpreta, através da perspectiva do homoerotismo feminino, algumas passagens da obra literária do século XV "*Tirant lo Blanch*" de Joanot Martorell (p. 242-256).

O volume encerra com o trabalho de Kristjan Toomaspoeg, *L'image de l'Autre: la notion, la perception, l'image et la réalité quotidienne de l'alterité dans le monde médiéval* (p. 257-275), no qual o autor retoma todos os temas dos vários trabalhos que integram o volume. Porém, não se trata de um simples ensaio conclusivo, porque o autor lê criticamente as temáticas (veja-se por exemplo p. 257-258 e 266-267) e fornece uma importante bibliografia atualizada sobre os diferentes assuntos que pode ser útil para o leitor que pretenda aprofundar-se do tema da "Alteridade" na Idade Média.

Em conclusão, apreciei a abordagem metodológica baseada em exemplos concretos. Este *modus operandi* permite observar mais diretamente e eficazmente – e com um número de dados e evidências maior – os temas tratados e globalmente o volume contém elementos interessantes para o debate historiográfico sobre o tema do *Outro* e da sua percepção nos séculos medievais.